



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___^a)
 PERGUNTA Número 2545 / x (4^a)

Assunto: **Gestão desastrosa do património do Estado no Arsenal do Alfeite**

Destinatário: **Ministério da Defesa Nacional**

Expeça-se
Publique-se
03 / 06 / 2009
O Secretário da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Realizou-se esta quarta-feira na Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura uma Audiência com a Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, por iniciativa da CT, para transmitir à Assembleia da República a sua preocupação relativamente ao destino a dar ao vasto e rico património histórico do Arsenal, face ao gravoso processo de extinção que o Governo decidiu para esta empresa. Na verdade, têm sido apenas os trabalhadores a manifestar toda a preocupação quanto a esta matéria, perante o incompreensível desinteresse das entidades competentes, quer ao nível da tutela da Defesa, quer ao nível da tutela da Cultura.

Este processo resulta da desastrosa política deste Governo no sentido da destruição do aparelho produtivo e concretamente da extinção do Arsenal. Sendo de facto esta decisão do Governo o problema mais grave de todos – e o que está na origem desta situação – está em causa o futuro desta unidade e o futuro dos trabalhadores, mas também neste caso o futuro deste património histórico que não podemos desprezar.

Sendo certo que o Arsenal do Alfeite pode ter futuro e potencial para o desenvolvimento, no quadro da Marinha e ao serviço do país, há também uma preocupação dos trabalhadores relativamente ao respeito (ou à falta dele) que o Governo demonstra por um legado histórico integrante da identidade cultural do nosso país.

O Arsenal do Alfeite possui um incomparável património, que remonta inclusivamente à sua criação na Ribeira das Naus no século XVI e que passou por posterior transferência para a Margem Sul do Tejo, para a sua actual localização no Concelho de Almada. Ali se encontra o acervo da catalogação de todas as construções realizadas pelo Arsenal, ali se encontram mais de cinco mil moldes em madeira (provavelmente uma das maiores colecções do mundo nesta área), ali se encontra um parque de maquinaria único no nosso país anterior a 1939.

Ali se encontra ainda documentação de valor histórico incalculável, incluindo um acervo, quer carácter institucional e político (como a correspondência trocada entre a Administração do Arsenal e o governo fascista), quer de carácter económico e financeiro, com custeios e outros documentos que datam de 1938/39. Uma importante parte deste acervo de documentação estava armazenada em contentores, que estava aliás destinada à pura e simples destruição – tendo sido os trabalhadores a conseguir evitar que tal acontecesse.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A acção que até agora tem sido desenvolvida na preservação e musealização deste património resulta apenas dos esforços dos trabalhadores da empresa e do poder local do concelho de Almada, de que são exemplo a exposição realizada no Museu da Cidade de Almada sobre os 70 anos do Arsenal do Alfeite, ou ainda a transferência para o Núcleo Naval do Museu da Cidade de cerca de 300 peças de pequena ou média dimensão (correspondendo essencialmente a moldes).

Segundo o testemunho da Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite, a resposta do Ministério da Defesa a este problema foi simplesmente de remeter para a nova Administração do "Arsenal do Alfeite SA" todas as responsabilidades e soluções sobre esta matéria.

Ficámos a saber nesta Audiência na Comissão Parlamentar que com a extinção do Arsenal do Alfeite se assiste a uma liquidação de património, verdadeiramente ao desbarato, com o inventário a ser abatido a preços de 1939. Isto já resultou em situações inacreditáveis, como foi o caso das peças de mobiliário antigo, em perfeito estado de conservação e de grande beleza, a serem colocadas à venda por um euro, por 63 cêntimos, etc.

Toda esta situação é um verdadeiro insulto, não apenas às gerações de trabalhadores do Arsenal do Alfeite mas também à própria memória histórica e à identidade cultural do nosso país. Mas mais do que isso, esta é uma prática que suscita legítimas interrogações e eventuais medidas, ao nível jurídico-legal, quanto à forma como está a ser gerido o património do Estado. Impõe-se assim uma resposta urgente e efectiva das entidades competentes, para que cumpram o seu dever e as suas responsabilidades.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Ministério da Defesa os seguintes esclarecimentos:

1. Como explica o Governo que neste gravoso processo de extinção do Arsenal do Alfeite esteja a ser tratado desta forma o património do Estado, incluindo património histórico de incontornável valor a nível nacional e internacional?
2. Que medidas vão ser tomadas pelo Governo face a esta inaceitável situação?

Palácio de S. Bento, 3 de Junho de 2009

Os Deputados:

Bruno Dias

Francisco Lopes